

**A CONSTRUÇÃO DA LUTA DAS MULHERES FAXINALENSES:  
UM OLHAR SOB A OFICINA “O TRABALHO DAS MULHERES  
CAMPONESAS”<sup>1</sup>**

**THE CONSTRUCTION OF THE STRUGGLE OF  
FAXINALENSES WOMEN: A LOOK UNDER THE WORKSHOP  
"THE WORK OF THE PEASANT WOMEN"**

**LA CONSTRUCCIÓN DE LA LUCHA DE LAS MUJERES  
FAXINALENSES: UNA MIRADA BAJO AL TALLER "EL  
TRABAJO DE LAS MUJERES CAMPESINAS"**

**Renata Brasileiro Franco<sup>2</sup>**  
*renatabrasileirofranco@hotmail.com*

**João Edmilson Fabrini<sup>3</sup>**  
*fabrini.jf@gmail.com*

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá de manter-se vigilante durante toda a sua vida” (BEAUVOIR)

**RESUMO:**

A presente pesquisa buscou analisar as indagações das mulheres camponesas faxinalenses a partir da oficina “O trabalho das mulheres camponesas”, ministrada no 7º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses no ano de 2017. Dessa experiência, que foi fruto da pesquisa de dissertação da autora, resultaram a elaboração, exposição e apresentação de cartazes, abarcando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres faxinalenses, bem como propostas para a construção de uma sociedade equitativa, com vistas à transformação das desigualdades de gênero no espaço privado e público. Nesse sentido procura-se destacar a importância desses resultados para a luta e resistência das mulheres faxinalenses em prol de sua representatividade social e concretização de direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Movimentos sociais; Luta; Resistência; Mulheres camponesas faxinalenses;

**ABSTRACT:**

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) em parceria com a Fundação Araucária.

<sup>2</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, professora Interina do curso de Turismo da UNEMAT/Campus Nova Xavantina, pesquisadora dos grupos de pesquisa – Geolutas-Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – UNIOESTE, Rede DATALUTA e – TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social - UFGD.

<sup>3</sup> Docente de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE e Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

The present search try to analyse the *faxinalenses* peasant women interrogatives through the workshop "The peasant women job's", taught in 7th State Meet of *Faxinalenses* in 2017. Throuth this experience, that was result from the dissertaton search of the author, resulted the elaboration, exposition e presentation of the posters, embrancing the difficulties faced by Faxinals women, as a porposals to construction an equitable society, with vision to inequality transformation of the gender in the private space and public. In this regard seeks to stand out the impotance of this results for the struggle and resistance of the faxinals women in favor of their social representativeness and implementation of rights.

**KEY WORDS:** Social movements, Struggle, Resistence, Faxinals peasant women

**RESUMEN:**

Esta investigación buscó analizar las indagaciones de las mujeres campesinas *faxinalenses* a partir del taller "El trabajo de las mujeres campesinas", que se llevó a cabo en el VII Encuentro Estatal de los Pueblos *Faxinalenses* en 2017. De esta experiencia, fruto de la investigación de la disertación de la autora, resultó en la elaboración, exposición y presentación de carteles, que recogen las dificultades vividas por las mujeres faxinalenses, así como propuestas para la construcción de una sociedad equitativa, con vistas a la transformación de las desigualdades de género en el espacio privado y público. En este sentido, se busca resaltar la importancia de estos resultados para la lucha y resistencia de las mujeres faxinalenses a favor de su representatividad social y concretización de derechos.

**PALABRAS CLAVE:** Movimientos sociales; Lucha; Resistencia; mujeres campesinas faxinalenses;

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa analisa a experiência de uma oficina sobre o trabalho das camponesas, ministrada no 7º Encontro Estadual das/os faxinalenses, no ano de 2017. Trata-se de compreender as indagações das mulheres faxinalenses a partir da elaboração, apresentação e exposição de cartazes abarcando as dificuldades enfrentadas pelas mulheres faxinalenses, bem como, propostas para a construção de uma sociedade equitativa, com vistas à transformação das desigualdades de gênero e trabalho no espaço privado e público.

O faxinal é uma organização social de camponeses que resiste há mais de 200 anos na região Sul do Brasil (BARRETO, 2013). Num passado distante, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte do sul de São Paulo eram territórios faxinalenses, atualmente apenas algumas regiões do Paraná. Dentre as regiões que contemplam faxinais regulamentados estão as seguintes: Centro-sul paranaense, sudeste paranaense e região metropolitana de Curitiba, somando o total de 28 faxinais decretados como Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> A ARESUR é uma categoria de Unidade de Conservação de uso sustentável que foi conquistada a partir da luta das e dos faxinalenses no ano de 1997.

O que os difere das demais organizações sociais do campo é o uso da terra de duas formas: de plantar e de criar, como apontou Nerone (2000). As terras de criar são de uso comum e regidas pelos direitos costumeiros, destinadas à moradia de proprietários e não proprietários de terras, a edificações comunitárias, criação de animais à solta e manejo da floresta nativa (BARRETO, 2013). Enquanto as terras de plantar são particulares, pertencentes a parte das famílias faxinalenses e são designadas às práticas de policultura (BARRETO, 2013).

No faxinal, o “modo de vida” perpassa pelo espaço privado em que abrange a casa, quintal, horta e as relações familiares, o espaço público no qual se encontram a mata nativa e as edificações comunitárias, tais como: sede da associação, campo de futebol, igreja, dentre outros e as relações de compadrio e vizinhança.

Assim como outras/os camponeses territorializadas/os nas mais diversas regiões do Brasil, as/os faxinalenses tem como núcleo central de sua existência a família. É através da organização e planejamento da família que são tomadas as decisões referentes ao trabalho e ao uso da terra particular, bem como na área no entorno da casa, tanto para a produção de alimentos a serem consumidos e comercializados, quanto para a manutenção das áreas de uso comum que são elementos estruturais dos faxinais. Embora, como já havia sido citado anteriormente, as áreas de uso comum são geridas conforme o acordo comunitário. No entanto, a família é uma organização hierarquizada e desigual, na qual, os papéis das mulheres e dos homens são naturalizados, desde um passado distante (SAFIOTTI, 2013).

A resistência e luta contra a estrutura patriarcal vem sendo construída pelas mulheres camponesas ao longo dos tempos, mas no Brasil ganha-se mais força desde a década de 1960 como será abordada no subitem “De onde vem a conquista dos direitos das mulheres camponesas?”.

Esta pesquisa faz parte da dissertação de mestrado da autora realizada entre os anos 2016 e 2018. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico, documental e de campo. O trabalho de campo foi realizado através da observação participante em duas fases distintas. A primeira fase ocorreu através do acompanhamento das reuniões da Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF), desde o mês de março de 2017 até outubro de 2017, com o objetivo de observar a participação das mulheres na construção/organização do movimento social e identificar se as pautas das lutas incluíam

questões relacionadas diretamente as desigualdades de gênero e ao trabalho das camponesas faxinalenses.

A presença em reuniões da APF resultou na atuação direta da autora dessa pesquisa na construção e realização do 7º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses, que aconteceu entre os dias 20, 21 e 22 de outubro de 2017. No evento estavam presentes diversas/os representantes de comunidades faxinalenses, estudantes, pesquisadoras/es, professoras/es, bem como gestores municipais e estaduais, da Defensoria Pública do Estado do Paraná e de órgãos de controle social e o deputado pelo Partido dos Trabalhadores, Professor Lemos.

Dentre as atividades contidas na pauta do evento, para este artigo, destacou-se a oficina intitulada: “O trabalho das mulheres camponesas faxinalenses”, ministrada pela autora dessa pesquisa em conjunto com Solange Struwka, professora da Universidade Federal de Rondônia, no curso de Psicologia. A oficina contou com a participação de mulheres e homens faxinalenses, propiciando lugar de fala para as/os presentes que relataram suas experiências cotidianas e debateram temas referente ao não reconhecimento e desvalorização do trabalho das mulheres e sua relação com a desigualdade e hierarquia de gênero nos faxinais.

Uma característica vigente nos Encontros Estaduais Faxinalenses (ocorrem há cada dois anos) é que como resultado das oficinas são realizados encaminhamentos, posteriormente votados em plenária final para que sejam executados no decorrer dos próximos anos, nesta em especial, as mulheres obtiveram uma grande conquista, foi votada pela paridade nas próximas eleições, como será demonstrado posteriormente.

## **DE ONDE VEM A CONQUISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES CAMPONESAS?**

As lutas feministas crescem na contemporaneidade devido a conscientização do ser mulher na sociedade. Esta, por sua vez, é fruto da práxis gerada a partir da teoria e da prática na vida cotidiana e coletiva das mulheres do campo, da floresta, das águas e da cidade. Subvertem o “lugar” que lhes foi imposto desde os primórdios, assim como suas antecessoras que foram invisibilizadas ao longo da história mundial hegemônica, uma vez que resistiram aos cercamentos de terras comunais e a separação entre produção e reprodução na Europa no processo de transição do modo de produção feudal para o modo

de produção capitalista em meados do século XIV (Federici, 2017) ou quando as operárias russas no dia 23 de fevereiro de 1917 iniciaram o motim contra a exploração de seus trabalhos e seus corpos, dando origem a revolução russa e ao dia internacional das mulheres (González, 2010), dentre tantos outros exemplos de lutas construídas por mulheres no passado e que reverberam na construção de movimentos sociais e em conquistas de direitos femininos na atualidade.

No Brasil as mulheres passam a atuar mais fortemente no século XIX, a partir de questões referentes ao direito ao voto e a vida pública. Uma luta travada por feministas, em sua maioria liberais, que acreditavam que com a conquista do sufrágio feminino haveria igualdade entre homens e mulheres. Cabe ressaltar que foi uma grande conquista, mas que esta era apenas uma batalha de tantas outras que haveria e não de ser travadas para que, de fato, as mulheres se emancipem, uma vez que as assimetrias de gênero estão imbricadas com a classe, raça/etnia.

Durante o século XX outras pautas foram sendo incorporadas e debatidas como: a desvalorização e invisibilidade do trabalho feminino, a violência doméstica, psíquica e sexual etc. Nas áreas rurais a participação das mulheres nas lutas iniciou com o objetivo de acessar à terra por decorrência da expropriação da terra que desencadeou em miséria no campo e no processo de favelização nas cidades.

Mulheres e homens se organizaram em movimentos camponeses como o de Canudos no final do século XIX e Contestado no início do século XX, bem como em outros movimentos que surgiram ao longo do século XX e XXI. Estes foram imprescindíveis para o enfrentamento das condições indignas impostas a população do campo e se desdobraram na luta e resistência camponesa.

Um exemplo de luta pela permanência e acesso à terra no início do século XX, cuja participação das mulheres foi fundamental é a Guerra do Contestado (1912 a 1916) um conflito armado que emergiu no Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina. O desdobramento dos conflitos gerados na região aumentou com a chegada do norte americano Percyval Faquar, empresário responsável por terminar a obra da ferrovia e que obtinha o direito de explorar 15 km de terras no entorno da estrada de ferro (PARDO, 2017). As terras doadas estavam sob posse de sertanejas/os que ali viviam há muitas gerações e operários dispensados de seus postos de trabalho que não receberam salários e indenizações após a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (Figura 01).

Figura 01: Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (1913).



Detalhe dos Estados do Paraná e Santa Catharina, 1913, com indicação do trajeto da Linha Sul da EFSPRG.

Fonte: Espig, 2012.

Os conflitos tiveram como lideranças espirituais a figura do monge João Maria<sup>5</sup> (posteriormente representado por João Maria D`Agostines) e o Monge José Maria, cujo nome completo era José Maria de Santo Agostinho, após a morte dos respectivos monges (TONON, (2008). O movimento teve mulheres como líderes espirituais e militares que

<sup>5</sup> João Maria foi um líder espiritual, italiano, que chegou ao Brasil em 1844. Era um peregrino, benzedor, monge, profeta e messias. E sua chegada coincide com grande efervescência social e política, relacionadas a significativas mudanças provocadas pela entrada de grandes projetos multinacionais, colonização e implantação da Lei de Terras” (SILVA, 2010, p. 53-54).

recebiam mensagens “do monge” com instruções para as batalhas. Estas eram conhecidas como as “virgens”, não necessariamente no sentido sexual, uma vez que algumas delas eram casadas e tinham filhas/os (PARDO, 2017). Uma das lideranças femininas foi a jovem, virgem, de 15 anos, chamada Maria Rosa (Figura 02). A este respeito Queiroz (1981, p.151) destaca:

[...] uma adolescente dos seus quinze anos, loura, cabelos crespos, pálida, alegre, de extraordinária vivacidade [...]. Maria Rosa não sabia ler nem escrever, mas falava sem desembaraço. Andava amiúde com um vestido branco, enfeitado de fitas azuis e verdes e de penas de pássaros, de todos os matizes, em profusão [...].

Figura 02: Maria Rosa montada em seu cavalo na batalha contra o exército federal



Fonte: Farias e Jacinta (2021).

A jovem assumiu a liderança de um contingente de mais de seis mil sertanejas/os (PIVA e MONEGO, 2015). Ela dizia ter visões e receber instruções do Monge João Maria para comandar os sertanejos e assim foi ganhando a confiança e a reverência de seus seguidores. Conforme Silva (2010, p. 58), “Maria Rosa permanecia trancada em um quarto, do qual só saía para transmitir as ordens que teria recebido de João Maria”. Este é um resumo simples de seu legado. Lutou ao lado de mulheres e homens sertanejas/os em conflitos

armados pelo direito a permanência e acesso à terra e morreu em combate no dia 28 de março de 1915, às margens do Rio Caçador contra o Tertuliano Potyguara e cerca de 710 homens (FARIAS e JACINTA, 2021).

Outro exemplo brasileiro de liderança política feminina na luta e resistência camponesa pela terra, foi o da ativista Elizabeth Altino Teixeira. Após a morte de seu companheiro, João Pedro Teixeira, em abril de 1962 na Paraíba, tornou-se uma das lideranças das Ligas Camponesas na cidade de Sapé. Sua história foi contada no documentário “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho (1984), o qual retrata a trajetória de vida de sua família na luta pela reforma agrária no Estado da Paraíba, especialmente, os desdobramentos de sua vida na clandestinidade, sua prisão e o reencontro com seus filhos.

A companheira de trincheira de Elizabeth, Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a assumir o comando de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Brasil, foi na cidade de Alagoa Grande/Paraíba, no ano de 1971. Presidiu por doze anos, enfrentando os latifundiários, cobrando carteira assinada, férias, 13º salário e jornada de oito horas por dia para os trabalhadores rurais, além de mover processos contra eles. Foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro na cabeça em frente ao filho e marido. Dias antes do ocorrido havia dito "Da luta não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome".

Em suma, essas mulheres têm muito em comum, foram lideranças femininas camponesas que participaram e organizaram movimentos camponeses e sindicatos em diferentes contextos, com um objetivo único, a luta pelo direito à terra. Embora, estas lutas não fossem pela especificidade do acesso à terra às mulheres, elas representaram milhares de camponesas e camponeses nos rincões deste Brasil que resistiram e lutaram pela reprodução do modo de vida camponês, deixando seus legados. No entanto, suas histórias sofreram com o apagamento por serem mulheres e veem sendo recontadas a partir de documentos e fontes orais, no caso da Maria Rosa e com a própria fala de Elizabeth que se encontra viva, com seus 95 anos de experiência na luta por uma sociedade mais justa. Margarida virou símbolo de luta, teve sua casa transformada em museu e sua história disseminada ao mundo, visto que uma das maiores manifestações de camponesas da América Latina leva seu nome, a “Marcha das Margaridas”.

Contudo, a organização de grupos de mulheres cuja reflexão recaía sobre a hierarquia de poder sobre os sexos e as relações de gênero no campo iniciou no final da década de 1960, com as formações políticas e discussões de gênero realizadas pelas



Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas entidades proporcionaram às mulheres camponesas formações políticas que permitiram o reconhecimento enquanto sujeitos políticos por meio da consciência crítica gerada pelas atividades cotidianas, o trabalho e a militância.

Aguiar (2016) ressalta a importância da ação das CEB's no despertar da consciência política de muitas mulheres no campo, ao enfrentarem o desafio da transição entre a esfera privada (religião) – presença feminina, conforme os estudos feministas - e a esfera pública (política), tradicionalmente masculina. Assim, essas mulheres experienciaram espaços de discussão política e de problemas sociais, que:

[...] foram inspirados na Teologia da Libertação, que, buscando defender os interesses sociais e econômicos dos socialmente desprivilegiados e materialmente carentes, proclamou a “opção preferencial pelos pobres”. Motivados por essa corrente teológica e sua base teórica, diversos grupos religiosos passaram a desenvolver trabalhos junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais (AGUIAR, p. 263).

O desenvolvimento das formações providas das entidades junto às camponesas teve como resultado a visibilidade feminina perante as mulheres e os homens, na qual elas passaram a fazer parte de espaços organizativos, representados anteriormente, em sua maioria, pelo público masculino. Isso incentivou mais camponesas a aderirem a luta, como também a construção de novos espaços organizativos autônomos, sendo protagonistas. Desse modo, na década de 1980, com a transição entre o governo ditatorial e o democrático foi constituída a base da mobilização das camponesas, cujo questionamento principal era à injustiça social frente à educação e a saúde no campo (DEERE, 2004).

Nesse sentido, as organizações políticas femininas foram sendo construídas por toda a extensão territorial brasileira formando grupos de norte a sul do país, cada qual com suas especificidades providas de sua região. Na região Sul do país surgiram, em Santa Catarina no ano de 1983 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e no Rio Grande do Sul em 1986 o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR). No Nordeste, surgiu em 1982, no estado de Pernambuco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTRSC). Estes ficaram conhecidos, em âmbito regional, como Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (MMTR-RS), em 1988, e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em 1986 (AGUIAR, 2016).

A organização das mulheres camponesas em movimentos sociais autônomos e mistos teve como principal demanda o reconhecimento enquanto agricultoras, tanto por parte do Estado, quanto pelos sindicatos. Desse modo, enquanto seguradas garantiriam o acesso aos benefícios de seguridade social incluindo a licença-maternidade paga e aposentadoria (DEERE, 2004).

No entanto, era preciso reivindicar o direito de se associarem aos sindicatos, visto que, a participação das mulheres era quase nula e no campo estas eram as principais organizações. Ademais, os sindicatos associados à Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), na época, permitiam apenas a sindicalização de um membro da família, sendo representado pela figura de um homem. Geralmente esta era função do homem, tido como chefe de família, uma vez que as mulheres eram raramente consideradas agricultoras, pois o trabalho produtivo e reprodutivo executado por elas era invisível. Em alguns sindicatos chegou-se a cogitar uma lei que proibisse a sindicalização das mulheres (DEERE, 2004). Desse modo, a invisibilidade na sindicalização era afirmada pelo próprio sindicato, que não via a mulher como merecedora da sindicalização por não compreendê-la enquanto agricultora.

Assim, as lutas centrais das camponesas se constituíram pelo direito à terra, sindicalização e por direitos sociais. Sua organização e mobilização colocou à tona a invisibilidade, a discriminação e desvalorização do trabalho feminino, consequências das relações de gênero ocasionadas pela estrutura patriarcal (AGUIAR, 2016).

De acordo com DEERE (2004), uma das conquistas dos movimentos e mobilizações de mulheres foi a maior participação nos sindicatos, através do reconhecimento da discriminação sofrida por elas no Congresso Nacional da CONTAG, em 1985. Nesse congresso, foi adotado o objetivo de incorporar as mulheres nas estruturas sindicais e os sindicatos municipais foram instruídos a encorajar e a treiná-las para ocupar posições de liderança.

A organização, participação e engajamento político das camponesas resultou na conquista do reconhecimento enquanto agricultoras, sindicalizadas e com direitos aos benefícios sociais garantidos na Constituição de 1988, os direitos igualitários para mulheres e homens, urbanas e rurais, relacionados a legislação trabalhista e aos benefícios da previdência social. Consequentemente, adquiriram o direito à terra por meio da obrigatoriedade de titulação conjunta com o marido e/ou companheiro, ou quando solteiras,

viúvas ou separadas, em seu próprio nome. Além da inclusão como beneficiárias da previdência social sob a condição de seguradas especiais. Estes benefícios se referem a aposentadoria das camponesas aos 55 anos ou 30 anos de trabalho e camponeses aos 60 anos ou após 35 anos de trabalho, seguro-desemprego e por invalidez e 120 dias de licença-maternidade remunerada (DEERE, 2004; AGUIAR, 2016;).

Na década de 1990, as camponesas acrescentaram novas pautas de luta, nas quais foram aprofundadas questões que envolviam a diversidade da identidade e de sua situação como: mulheres assentadas, extrativistas, indígenas, pescadoras, quilombolas, quebradeiras de coco etc. (AGUIAR, 2016). Dessa forma, as lutas se tornaram mais complexas nos espaços privados e públicos, como nos movimentos sociais, sindicatos e a participação política e social instituídas pelo Estado (AGUIAR, 2016). Estas, também estiveram presentes ativamente na construção de associações, cooperativas e experiências de produção agrícola, extrativista, da pesca e artesanais, construindo redes de economia solidária e de produção agroecológica pelo país (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2015).

Para Deere (2004) a década de 2000 foi mais ativa que a anterior, visto que, houve mais manifestações/mobilizações dos movimentos das camponesas juntamente com os movimentos feministas urbanos, em prol da efetivação do direito ao título da propriedade conjunta da terra. A CONTAG se articulou com a Marcha Mundial das Mulheres e diversos movimentos autônomos, dentre eles, o MMTR-NE e outros, cuja mobilização se materializou na 1ª Marcha das Margaridas, sob a bandeira “2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista” e reuniu cerca de 20.000 mulheres. Assim, conquistaram a Resolução nº. 6, de 22/02/2001, no qual o Estado se comprometeu a incluir a perspectiva de gênero em todos os instrumentos administrativos sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Agrário (DEERE, 2004).

Em 2003 foi realizada a 2ª Marcha das Margaridas, com cerca de 50 mil mulheres. Sob a pauta de um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos das camponesas, tais como: o reconhecimento enquanto agricultoras; reforma agrária com acesso às mulheres; ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários das mulheres; acesso à políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); participação das mulheres nas políticas de preservação ambiental; acesso à documentação básica; políticas de saúde, educação, e prevenção da violência contra as mulheres no campo (SILIPRANDI, 2009).

Entre a segunda e a terceira Marcha das Margaridas, no ano de 2004, grande parte dos movimentos autônomos de mulheres decidiram unir-se, surge então o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A união dos movimentos sociais buscava uma identidade articulada à Via Campesina (SILIPRANDI, 2009).

Junto aos movimentos foram sendo construídas entidades não governamentais voltadas ao desenvolvimento rural em todos os estados do Brasil. Destas entidades, muitas possuem a pauta feminista e/ou gênero como prioridade, surgindo organizações feministas que atuam diretamente com as mulheres camponesas. Destas se destacam, a Guayí, no Rio Grande do Sul; a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) em São Paulo, a Casa da Mulher do Nordeste, em Recife, dentre tantas outras.

Estas entidades sociais e tantas outras, bem como os movimentos sociais são importantes ferramentas para a luta e resistência das mulheres camponesas, mas vem sendo atacadas abertamente, através das redes sociais pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, o qual declarou: "Não doem dinheiro para ONG. Acabem com essa história de dar dinheiro para ONG porque elas não estão lá para preservar o meio ambiente, mas para ganhar dinheiro em causa própria" (SENRA, 2020). Essa é a demonstração real do medo que o governo tem do poder popular, da união da classe trabalhadora e camponesa. E através dos discursos envoltos de ódio que buscam desorganizar a população, incentiva a criminalização e marginalização dos movimentos sociais e das entidades que apoiam e participam da união da classe trabalhadora e camponesa na luta por um país mais justo.

Uma das materializações da resistência contra o atual governo foi a Marcha das Margaridas no ano de 2019, com o lema "Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência". Aconteceu em Brasília nos dias 13 e 14 de agosto. O evento foi a maior ação organizada na América Latina por mulheres do campo, da floresta e das águas. De acordo com Cristiane Sampaio (2019), participaram mais de 100 mil mulheres camponesas de norte a sul, leste a oeste do Brasil e representantes de cerca de 20 países, dentre eles: Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Guatemala, Austrália, Inglaterra, Suíça e Quênia.

Estas mulheres marcharam contra os retrocessos impostos pelo governo, principalmente em relação à nova previdência social, à agroecologia, conservação do meio ambiente e valorização dos modos de vida no campo, na floresta e nas águas. De acordo com Brasília (2019) "Ocuparemos Brasília para lutar por soberania popular, com justiça social

e em defesa de nossos territórios. Ocuparemos Brasília para construir uma sociedade livre de violência de gênero e racial, por um país sem homofobia e sem intolerância religiosa”.

Como foi demonstrado ao longo deste subitem a organização e o movimento das mulheres camponesas frente às injustiças sociais são frutos da indignação gerada pela subalternação e dominação patriarcal, reproduzida de forma latente no capitalismo. A violência ocasionada pelas opressões masculinas e as explorações do modo de produção capitalista são enfrentadas diariamente por elas de formas distintas. As mulheres não privilegiadas quanto à classe social e raça/etnia são as mais vulneráveis à exploração e opressão. Nos movimentos autônomos e mistos (quando há um setor específico para debate e ação para o público feminino), elas conseguem expressar suas inquietações diárias, falam de “igual para igual”, ou seja, expressam suas angústias e/ou contentamentos advindos de suas relações com companheiros de luta. Percebem que suas inquietudes, muitas vezes são as mesmas, e que juntas são mais fortes.

Em suma, os movimentos de mulheres camponesas autônomos e mistos<sup>6</sup> no Brasil tem como principal questão a luta contra a opressão em virtude da invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino, da violência, da subordinação hierárquica de gênero e desigual na estrutura familiar e nos espaços públicos, movimentos sociais, Estado e da dificuldade de efetivação de políticas públicas e direitos conquistados, bem como o acesso e permanência na terra. É da e nas trincheiras da luta cotidiana e coletiva que às camponesas transformam sua realidade e a das pessoas que estão a sua volta. Lembrando que “o sujeito feminista é quem articula e desenvolve pensamento e prática feminista. Tudo bem que, na história moderna dos feminismos, o sujeito privilegiado tem sido a mulher por ter experimentado, também historicamente, a opressão de gênero.” (FRANCO-GÁRCIA, 2017). Nesse sentido, a seguir será tratado o contexto das mulheres faxinalenses em relação à participação na oficina “O trabalho das mulheres camponesas” realizada no 7º Encontro Estadual das/os Faxinalenses.

## **A OFICINA E SUAS LUTAS: MULHERES FAXINALENSES**

---

<sup>6</sup> Movimentos mistos são compostos por homens e mulheres, como por exemplo o MST que tem em sua estrutura organizativa o Setor de Gênero, cujo objetivo é “estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres, fortalecendo o próprio MST” (Mafort, 2014, s/p. ), dali surgiram conquistas materiais como a paridade em todas os espaços organizativos, a ciranda infantil, inclusão do nome da mulher em documento de posse da terra, dentre outros (MAFORT, 2014, s/p. ).

O modo de vida camponês faxinalense tem na família o núcleo central de sua existência e reproduz uma relação hierárquica e desigual. Nesse sentido, cabe às mulheres grande parte do trabalho reprodutivo, impossibilitando, na maioria das vezes a participação e organização feminina em espaços de diálogo promovidos pela APF. No entanto, a subalternidade frente ao grupo familiar é combatida participando ou não de movimentos sociais.

Nos faxinais a construção do movimento social denominando Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) é relativamente nova, visto que foi criado no ano de 2005, tendo apenas 16 anos de existência. Sua formação teve apoio da Pastoral da Terra – Diocese de Guarapuava (PR), da ONG, Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e da Rede Faxinal (TAVARES, 2008).

Em 2006 os faxinais foram reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais pelo Governo Federal através do Decreto de 13 de julho de 2006 que: Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

No ano de 2007 a APF conquistou, juntamente com a Bancada de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná da Assembleia Legislativa do Paraná a Lei nº 15.673/07, em que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade singular, tendo como traço marcante as terras de uso comum para a produção animal e a conservação dos recursos naturais (TAVARES, 2008).

A APF estrutura-se em cinco níveis: comissão local, núcleos, coordenação geral, coordenação executiva e o Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses (BARRETO, 2013). Cabe a comissão local resolver as questões mais pontuais, de fácil alcance e que podem ser resolvidas localmente. São definidas nas reuniões das comissões locais os acordos para a resolução de conflitos. Vale ressaltar que as associações das comunidades não são representadas pelas comissões locais, porém podem atuar conjuntamente (BARRETO, 2013).

Posteriormente tem-se os núcleos. Esses são divididos em seis núcleos que contemplam os faxinais localizados em áreas próximas, são eles: Quitandinha, Prudentópolis, Pinhão, Turvo, Rebouças e São Mateus do Sul. As reuniões dos núcleos ocorrem mensalmente. Nelas são resolvidas questões repassadas pelas comissões locais. É realizada

eleição a cada dois anos para a coordenação de cada núcleo que ocorre durante os Encontros dos Povos Faxinalenses (BARRETO, 2013).

A coordenação geral é formada por representantes eleitas/os de cada núcleo. As reuniões são trimestrais e tem como objetivo garantir que as propostas encaminhadas pelo Encontro da APF sejam realizadas a partir da definição das estratégias e ações locais e que sejam reivindicadas, juntamente com o poder público os direitos dos faxinalenses (BARRETO, 2013).

No quarto nível aparece a coordenação executiva, constituída por cinco representantes eleitas/os. Selecionados dentre os doze membros da coordenação geral. Os membros se reúnem a cada quinze dias para realizar o controle, direção, planejamento e organização de suas ações. Tendo como finalidade representar as/os faxinalenses em reuniões perante os órgãos do Estado e de outros movimentos sociais (BARRETO, 2013).

E por último, o Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses organizado pela APF a cada dois anos. No encontro participam faxinalenses inseridos ou não na APF que contribuem na elaboração de propostas por meio da participação em diversas oficinas. Das oficinas saem encaminhamentos que são submetidos a aprovação de todas/os as/os presentes e em seguida, é elaborada a “Carta Final” com todas as reivindicações aprovadas no Encontro (BARRETO, 2013).

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do quinto nível no 7º Encontro Estadual das/os Faxinalenses, realizado entre os dias 20 a 22 de outubro de 2017, no Centro de Formação Juan Diego, conhecido popularmente como “Centro Indígena”, em Guarapuava, PR, teve como tema: “Na luta por nosso território, nascemos faxinalenses”, foi um divisor de águas com relação as questões de gênero, uma vez que foi discutido sobre a questão em forma de oficina, bem como foi decidido em assembleia geral a paridade nas próximas eleições. Nesse sentido, as mulheres estão construindo seu espaço de fala.

A oficina “O trabalho das mulheres camponesas” (Figura 3), ministrada pela autora desta pesquisa em parceria com a professora do curso de Psicologia da UNIR, Solange Struwka, teve a participação de seis mulheres e quatro homens. O objetivo da oficina foi de refletir em torno da realidade do trabalho das mulheres camponesas faxinalenses e propor ações para a superação das contradições que reforçam as assimetrias de gênero e classe, partindo das/os próprias/os faxinalenses. Para tanto foi feita uma explanação sobre a temática do trabalho e das desigualdades de gênero no campo, bem como, sobre o projeto

de lei referente à previdência social, que visava a regressão dos direitos conquistados pelos camponeses.

Figura 3: Oficina de trabalho das mulheres camponesas no 7º Encontro Estadual das/os faxinalenses.



Fonte: Autora, 2017.

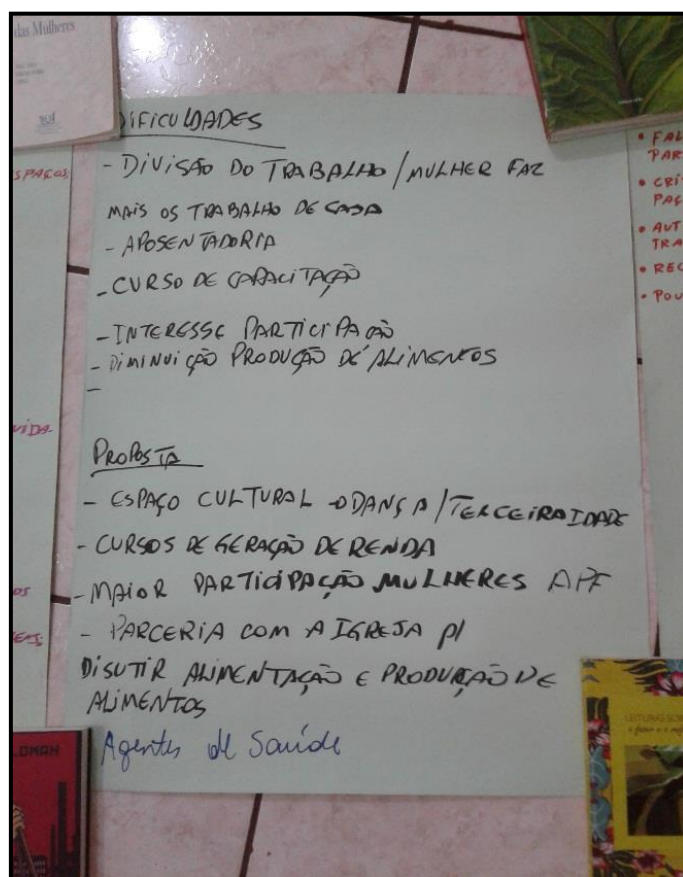
Logo após foi feita a divisão por grupos (3 grupos), para que dialogassem e escrevessem sobre as dificuldades/desafios enfrentados pelas camponesas, sob o olhar de suas próprias experiências e dos homens que estavam presentes e formulassem propostas para a superação das contradições que engendram as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia com vistas para uma sociedade mais justa e equitativa, conforme as Figuras 4, 5 e 6.

O primeiro grupo apresentou como dificuldades: a divisão do trabalho ressaltando que na casa quem tem mais responsabilidades são as mulheres; o direito à aposentadoria diferenciada dos camponeses devido às jornadas duplas e triplas de trabalho; cursos de capacitação para qualificá-las em atividades diferenciadas que possam gerar renda; interesse



em participar das reuniões da APF; e por último a diminuição na produção de alimentos realizados por elas, uma vez que, existe pouca diversificação em alguns quintais.

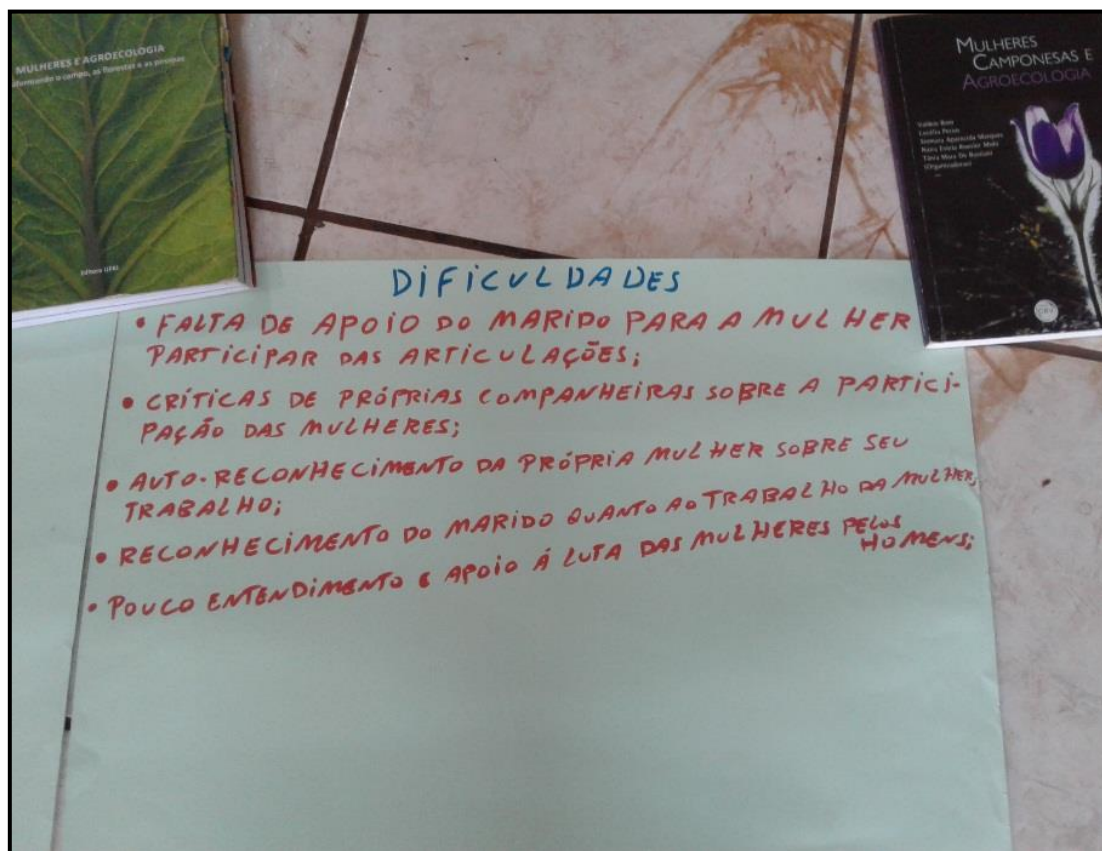
Figura 4: Oficina: Trabalho das mulheres camponesas faxinalenses, 7º Encontro Estadual das/os Faxinalenses.



Fonte: autora, 2017.

A proposta do primeiro grupo para suprir as dificuldades foram as seguintes: um espaço cultural para realizar festas e encontros da terceira idade, bem como, para dançar; cursos para a geração de renda; maior participação das mulheres na APF; parcerias com as igrejas para discutir sobre a produção de alimentos; mais agentes de saúde.

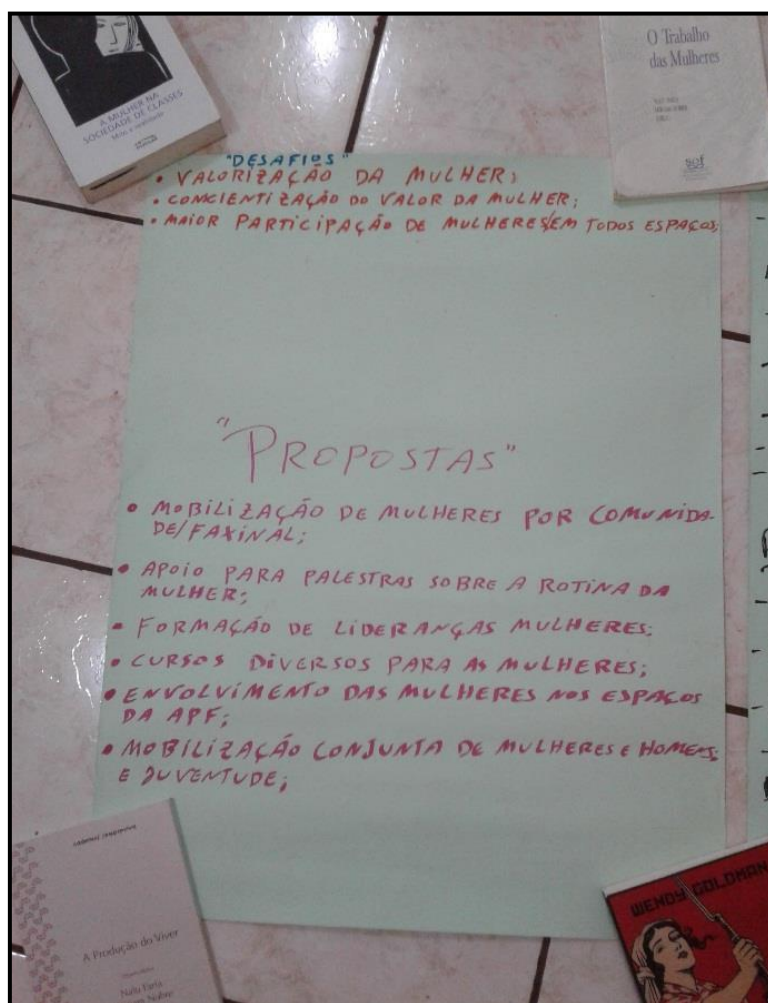
Figura 5: Oficina: Trabalho das mulheres camponesas faxinalenses, 7º Encontro Estadual das/os Faxinalenses.



Fonte: autora, 2017.

O segundo grupo apresentou apenas as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, tais como: falta de apoio do marido para a mulher participar da articulação; críticas de próprias companheiras sobre a participação das mulheres; autorreconhecimento da própria mulher sobre o seu trabalho; pouco entendimento e apoio à luta das mulheres pelos homens.

Figura 6: Oficina: Trabalho das mulheres camponesas faxinalenses, 7º Encontro Estadual das/os Faxinalenses.



Fonte: Autora, 2017.

O terceiro grupo expôs as seguintes dificuldades: valorização do trabalho feminino e sua conscientização; maior participação em todos os espaços. As propostas para sanarem essas dificuldades foram: mobilização das mulheres por faxinal; apoio para palestras sobre a rotina das mulheres e formação de lideranças; cursos diversos que envolvam o fazer diário e políticos; envolvimento feminino nos espaços das APF; mobilização conjunta de mulheres, homens e juventude.

Os três grupos apresentaram e debateram as principais dificuldades encontradas e as propostas para as sanarem e as mitigarem, tendo em vista que é preciso esforço coletivo para que haja de fato a equidade de gênero tanto no espaço privado, quanto nos espaços públicos.

Nesse sentido, é possível afirmar, desde as geografias feministas, sobretudo, a crítica, proposta por Franco-García (2017, p. 90) que:

[...] as relações de gênero, as representações de sujeitos de gênero como homem, mulher, transgênero, etc, acontecem em lugares e em espaços determinados, condicionando e ao mesmo tempo condicionadas por essas localizações. Ou o que é o mesmo: pensar em sujeitos de gênero é contextualizá-los tempo-espacialmente, “georeferenciá-los”, visibilizando as diferenças, mas, sobretudo desmascarando a manutenção das desigualdades.

Nesse sentido, os espaços determinados pelas relações sociais condicionam historicamente às mulheres, em específico, nos faxinais, ao espaço privado, e a lugares como a casa, quintal, horta, cuja reprodução da vida fica, em grande medida, sob responsabilidade das camponesas como apresentado pelo grupo 1, “Divisão do trabalho/mulher faz mais o trabalho da casa”, embora não haja, “reconhecimento do marido quanto ao trabalho da mulher” (Grupo 2), e nem o “auto-reconhecimento da própria mulher sobre o seu trabalho” (Grupo 2). A invisibilidade aparece de duas formas, pelo companheiro e pela própria mulher que não enxerga a totalidade de seu trabalho como fundamental para o funcionamento da unidade produtiva, conseqüentemente, para a reprodução do modo de vida faxinalense.

A inquietação perante a divisão sexual do trabalho é apontada como um problema, precisando ser revisto. Embora, elas mesmas apresentem propostas que aumentarão o seu trabalho como “cursos de geração de renda” (Grupo 1), “discutir alimentação e produção de alimentos” (Grupo 1), uma vez que estão conscientes da “diminuição na produção de alimentos” (Grupo 1).

O espaço público em que as faxinalenses transitam com mais frequência referem-se a extensão da casa, pois são as terras de uso comum presentes no faxinal, onde se dão as relações de compadrio, realizam trocas de alimentos com a vizinhança, extraem lenha, frutos e sementes, bem como participam de reuniões a nível local, em sua maioria, e dos cultos realizados nas igrejas.

Os espaços públicos fora do limite do faxinal são condicionados aos homens. A dificuldade de participar dos espaços de diálogo da APF foi apontada unanimemente, o Grupo 1 ressaltou a falta de interesse, que provavelmente é condicionada a quantidade de trabalho executado por elas, mas também pela “falta de apoio do marido para a mulher participar da articulação” (Grupo 2), constatando uma forma de controle de seus corpos, para que fiquem no lugar determinado às mulheres, impossibilitando a “maior participação

em todos os espaços”(Grupo 3), como afirma Saffioti (1997, p. 8) “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem”.

Há também as “críticas de próprias companheiras sobre a participação das mulheres”, foi dito e não escrito por elas e eles que as faxinalenses que ocupam espaços de diálogo e transitam para fora dos faxinais como sujeitos políticos são malvistas e as próprias companheiras fazem fofocas de cunho pejorativo para se referirem a elas.

A expressão fofoca de acordo com Federici (2019) “usualmente aludia a uma amiga próxima se transformou em um termo que significava conversa fútil, maledicente, isto é, uma conversa que provavelmente semearia a discórdia, o oposto da solidariedade que a amizade entre mulheres implica e produz.” (p. 76), esta transformação não se deu sem resistência, a caça às bruxas é a materialização das violências físicas e psíquicas sofridas pelas mulheres, por parte do estado, da igreja, da classe dominante, ambas na figura do homem, mas também das próprias mulheres que com medo de serem perseguidas acabavam denunciando outras mulheres forçando brutalmente a inimizade feminina, caso “desobedecessem” a ordem imposta de não fazerem fofocas, eram denominadas bruxas e queimadas na fogueira. Hoje “designa a conversa informal, geralmente danosa às pessoas que servem de assunto” (p. 83). A autora afirma que “a fofoca é parte integrante da desvalorização da personalidade e do trabalho das mulheres, em especial do trabalho doméstico, supostamente terreno ideal para que essa prática prospere” (p. 83-84). Assim as próprias mulheres acabam por silenciar outras, pois reproduzem formas de opressão de gênero que as desqualificam e as excluem de espaços de diálogo.

Para que as opressões reproduzidas sejam superadas, elas afirmaram ser necessárias mais espaços formativos em escala local, com o “apoio para palestras sobre a rotina das mulheres” (Grupo 3) para que haja “mobilização das mulheres por faxinal” (Grupo 3) articulado com a “formação de lideranças” (Grupo 3). Assim, nas palavras de Franco-García (2017, p. 86), “o sujeito político é quem articula e desenvolve pensamento e prática feminista.”

Nesse sentido, o resultado da oficina é a materialização de que os espaços privados e públicos estão imbricados, funcionam dialeticamente, são sociais e políticos. E o lugar da mulher é naturalizado como o doméstico, ou seja, o privado. De acordo com Mello (2019), estão diretamente ligados aos interesses econômicos e de manutenção de privilégios. No

entanto, a resistência se concretiza a partir dos quereres dessas mulheres, com propostas coletivas e individuais que demonstram onde estão e aonde querem chegar.

O encontro contou com a participação de muitas mulheres. A coordenação do núcleo de Rebouças (objeto da pesquisa de mestrado) também teve a participação de mulheres, e uma jovem conquistou o cargo de coordenadora, representando os faxinais de Rebouças e região.

Desse modo, a luta e resistência das mulheres por meio do movimento social APF, vem sendo construída ao longo do tempo, a representatividade das mulheres faxinalenses enquanto sujeitas políticas vem aumentando e possibilitando a inserção de jovens mulheres. No entanto, a resistência das mulheres faxinalenses não se faz apenas pelo movimento social, mas também através de suas lutas diárias individuais e na estrutura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do movimento social faxinalense está em curso. Por não se tratar de um movimento cujas protagonistas são as mulheres a luta reverbera sobre questões referentes ao acesso à terra e ao cercamento das terras de uso comum, deixando em segundo plano as questões referentes às assimetrias de gênero. No entanto, conforme observado pela autora, no encontro das/os faxinalenses é onde ocorre a maior concentração de mulheres em espaços públicos políticos.

A partir da oficina foi possível compreender que as mulheres camponesas faxinalenses se sentem esgotadas com a quantidade de atividades a elas destinadas e que por isso acabam não assumindo as lideranças para participarem das reuniões fora dos faxinais. No entanto, afirmaram ser necessárias formações políticas feministas para a mobilização de mais mulheres e lideranças.

Foram indagadas questões referentes à valorização da mulher, a sororidade entre as camponesas, divisão do trabalho, capacitação técnica, aposentadoria dentre outras. Desse modo é preciso realizar trabalhos de base, com formações que visem capacitar e dialogar sobre os temas abordados para que as mulheres possam, coletivamente, lutar por seus direitos, como historicamente vem sendo feito em outros movimentos, no qual elas foram conquistando o lugar de fala e protagonizando a luta das mulheres no campo e na cidade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venâncio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 15 - Edição Especial – 2016.

BARRETO, Marcelo. **Territorialização e Tradicionalização**: refletindo sobre a construção da identidade faxinalense no Paraná. (Tese de doutorado - Geografia Humana), USP, São Paulo, 2013.

BRASILIA. **Cartilha da Marcha das Margaridas 2019**. Disponível em: <https://www.slideshare.net/PauloSouza232/cartilha-marcha-das-margaridas>. Acesso em: 16 de jan. de 2019.

CABRA marcado para morrer. Direção: Eduardo Coutinho. Documentário/filme. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 1984. (119 min). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129786>. Acesso em: 20/05/2021.

DEERE, Carmem Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000100010&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 de maio de 2021.

ESPIG. Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia História**. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000200017](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000200017). Acesso em: 17 de maio de 2021.

FARIAS, Rosa Paes, JACINTA, Nega. **As mulheres no Contestado**. Disponível em: <https://sway.office.com/s/ZUxUfNiN4hzpHsQP/embed>. Acesso em 10 de maio de 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e bruxa**: Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017. Título original: Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation.

FEDERICI, Sílvia. Mulheres e caça às bruxas. Tradução Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRANCO-GÁRCIA, Maria. Feminismos, sujeitos políticos e territórios. *In*: ROSA, Katemari Diogo da, CAETANO, Marcio, CASTRO, Paula Almeida de (org.). **Gênero e sexualidade**: intersecções necessárias à produção de conhecimentos [Livro eletrônico]. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conages/2016/ebook\\_conages.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/conages/2016/ebook_conages.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2021.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres. Editora Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2010.

MANFORT, Kelli. Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. **Da Página do MST**. 31 de jan. de 2014. <https://mst.org.br/2014/01/31/mulheres-do-mst-criam-novas-relacoes-de-genero-dentro-e-fora-do-movimento/>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de Plantar, Terras de Criar** – Sistema Faxinal – Rebouças – 1950 – 1997. 2000, 286 p. (Doutorado em História e Sociedade), UNESP, Assis, SP, 2000.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. Messianismo e conflito social. **A Guerra Sertaneja do Contestado 1912 - 1916**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981.

PARDO, Aristides Leo. **Saindo das sombras dos pinheirais: Mulheres na Guerra do Contestado**. União da Vitória, PR: Editora Monstro dos Mares, 2017.

PIVA, Danubia; MONEGO, Janaína. Maria Rosa - Jovem Guerreira do Contestado. (15m45s). Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=R\\_s5SHwIgXI](https://www.youtube.com/watch?v=R_s5SHwIgXI)>. Acesso em: 29 de nov. de 2018.

SAMPAIO, Cristiane. Marcha das Margaridas termina com demonstração de força e união de 100 mil camponesas. **Brasil de Fato**. Brasília, 14 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/14/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-mostra-de-forca-de-100-mil-mulheres-camponesas/> Acesso em: 08 de jan. de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SENRA, Ricardo. Papa critica 'internacionalização da Amazônia', mas defende presença de ONGs na região. **BBC News – Brasil**. 12 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51476200>> Acesso em: 20 de maio de 2021.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2009.

SILIPRANDI, Emma.; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.



SILVA, Natalia Ferronato da. As “Virgens Messiânicas”: participação e influência das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916). **Revista Santa Catarina em História** - Florianópolis - UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2010

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os Faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. 755 p. (Tese de doutorado - Geografia Humana), USP, São Paulo, 2008.

Submetido em fevereiro de 2021

Aceito em abril de 2021